



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 300, DE 30 DE JUNHO DE 2006.**  
(do Poder Executivo)

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da referida MP.

O artigo 1º da Medida Provisória nº 300, de 30 de junho de 2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - .....

**Parágrafo único – As obrigações de pagar os débitos decorrentes da anistia, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgada, serão atendidos mediante precatórios, na forma da lei.**

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por finalidade regular expressamente o pagamento de indenização aos anistiados que tiveram seu direito reconhecido judicialmente, pois a Medida Provisória trata apenas daqueles anistiados que firmarem Termo de Adesão.

